

(RE) VISÃO DAS DIMENSÕES CONCEITUAIS DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR

Leila Procópio do Nascimento (1); Evandro José Zonta (2);

*Professora no Departamento de Ciências Exatas e Educação - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC –
Campus Blumenau. E-mail: leila.nascimento@ufsc.br*

*Estudante do Curso de Licenciatura em Química - Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – Campus
Blumenau. E-mail: evandro.jose.zonta@grad.ufsc.br*

Resumo

O presente projeto de extensão têm como objetivo geral ofertar – através de cursos formação continuada para professores e gestores da rede pública estadual de ensino – estudos sobre o Projeto Político Pedagógico da(s) escola(s), a fim de orientar uma atualização no documento, respeitando o diagnóstico da realidade situacional da instituição e seguindo as orientações do Decreto nº 1.794, de 15 de outubro de 2013, e as alterações introduzidas pelo Decreto SC nº 243, de 1º de julho de 2015 sobre o ‘Plano de Gestão Escolar’ no Estado de Santa Catarina. Os cursos são ofertados gratuitamente para as escolas da 15ª Gerência Regional de Educação - GERED. Atualmente a 15ª GERED de Blumenau conta com 47 unidades escolares. A cada semestre a ação acontece em uma ou até duas unidades escolares indicadas pela equipe da GERED, que usa como critérios a demanda de cada unidade.

Palavras-chave: Escola pública; Projeto Político Pedagógico; Plano de Gestão escolar.

Introdução

O Projeto Político Pedagógico (PPP) deve se constituir na referência norteadora de todos os âmbitos da ação educativa da escola e da gestão da escola. Por este motivo, sua elaboração deve acontecer em torno de um projeto coletivo e, no caso das escolas públicas, deve ao mesmo tempo preservar as normas institucionais governamentais a qual a unidade escolar está inserida. Tratar desta temática é pertinente, necessário e contemporâneo, dada às mudanças que a organização escolar têm vivenciado. Especialmente se levarmos em conta as novas políticas e planos governamentais concernentes à gestão da escola e à construção e atualização do Projeto Político Pedagógico de cada unidade de ensino. Esse projeto de extensão vem ao encontro do documento datado de 15 de outubro de 2013, quando a Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina publicou o Decreto nº 1794/13 que “Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades”. Este decreto prevê a formulação de um Plano de Gestão Escolar para que o seu autor/a (s) passe (m) a exercer o cargo de

diretor/a (gestor) da escola e este Plano de Gestão deve ser aprovado com participação da comunidade escolar.

Este Decreto veio potencialmente colocar em prática a escolha de forma mais democrática dos gestores nas escolas estaduais do Estado de Santa Catarina. Mas, ao mesmo tempo deflagra uma necessidade revisão dos aspectos organizativos do PPP da escola atrelado ao Plano de Gestão e vice-versa. Desde então, as Gerencias Regionais de Educação (GEREDs) do Estado de Santa Catarina têm realizado esforços em ofertar formação continuada para os atuais e os futuros gestores e demais membros da comunidade escolar, com o intuito de orientá-los nessa nova caminhada pela organização e gestão mais democrática de cada unidade de ensino. Sabemos que este novo cenário, contrastado com a “escola como organização complexa”, assim como define Tragtenberg (2004, p. 12), envolve compreender a complexidade posta na dinâmica cotidiana da escola onde segundo o mesmo autor “articulam-se várias instâncias burocráticas” (2004, p. 12). Nessa perspectiva, o ideal e o esperado é que as escolas façam uma revisão de forma a atualizar seus PPPs todo ano letivo. Pois é necessário avaliar o que ‘deu certo’ em termos de planejamento e rever o que pode ser reelaborado para o ano seguinte.

No entanto, há muitos elementos na complexidade da gestão da escola que se apresentam como ‘barreiras’ para que essa avaliação do PPP aconteça a cada ano letivo. Podemos citar diversos aspectos, entre eles destacam-se: a dinâmica de contratação de pessoal (especialmente o corpo docente) que nem sempre faz parte do quadro de efetivos e o tempo disponível extra aula/extra horas de planejamento que nem sempre é uma situação positiva para professores e equipe gestora. Em diversos casos, problema central ‘esbarra’ na falta de tempo da equipe gestora, corpo de docente e demais membros que integram as entidades democráticas da escola. Sendo assim, o presente projeto de extensão têm como *Objetivo Geral* analisar a configuração atual do PPP de uma escola pública (ou mais escolas), a fim de sugerir melhorias no documento e no Plano de Ação (do PPP) da instituição de ensino conforme o diagnóstico de sua realidade situacional e sob a perspectiva do Plano de Gestão Escolar em parceria com as Gerencias Regionais de Educação (GEREDs) e com a comunidade escolar.

Entendemos que o PPP é um documento flexível e dinâmico, que deve e pode ser alterado a cada ano, a cada Plano de Ação dele finalizado. Esta característica o coloca como um documento por vezes inacabado, não apresentando minimamente alguns itens em sua forma e estrutura, como por exemplo: Missão, Clientela, Dados sobre a Aprendizagem, Relação com as Famílias, Recursos,

Diretrizes Pedagógicas, Plano de Ação. Entretanto, este documento deve ficar pronto, registrado e acabado para cada ano letivo. Partimos do pressuposto que, para que esta organização se concretize, é preciso rever e entender quais são os itens que cada PPP deve conter minimamente, o que cada um deve conter na sua forma textual e como deve ser construído. É com a finalidade de orientar os professores e gestores escolares para uma construção de PPP's enquanto unidade de rede de ensino que esta proposta de extensão se coloca. Este Projeto caracteriza-se por uma abordagem qualitativa e adota uma perspectiva crítica de análise acerca da materialidade concreta da escola. Para tanto, autores clássicos como Kosik (1985), Luckács (1979), Manacorda (1989), Mészáros (2008), Laval (2004), Frigotto (2008), Libâneo (2011), Paro (2008), Faria (2009); que discutem temas como políticas educacionais, democratização e gestão da Escola, compõem a base teórica deste projeto.

Isto posto, com relação aos *Procedimentos Metodológicos* primeiramente haverá uma fase de diagnóstico situacional dos PPP's e dos Planos de Ação das unidades de ensino contempladas pelo projeto de pesquisa – esta atividade será realizada pela Coordenadora, pelos estudantes (bolsistas)¹ envolvidos no projeto. Desta atividade, resultará um relatório avaliativo sobre os pontos analisados no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Ação da instituição. Estas sugestões são utilizadas no decorrer do segundo encontro de formação que é ofertado aos professores e equipe gestora, com o intuito de agregá-las às sugestões que são criadas/elencadas pelos cursistas na ocasião da formação. O segundo momento deste projeto de extensão prevê a oferta de um curso de formação continuada para os professores e equipe gestora nas escolas. No encontro do curso de formação continuada a coordenação e bolsista(s) realizam orientações aos cursistas de forma a construir com a comunidade escolar (com base no relatório avaliativo situacional da equipe da UFSC e nos conhecimentos obtidos ao longo da formação ofertada) as sugestões de alterações para o PPP e Plano de Ação. Durante estes encontros de formação a equipe (ministrante do curso) e os cursistas também definirão o cronograma do Plano de Ação e métodos de divulgação do (novo) PPP. Além desses encaminhamentos deverão ser criados novos canais (formas) de socialização do processo de reconstrução do PPP e execução das ações planejadas para o ano corrente e os posteriores (além das previstas pelos documentos oficiais). Ao final de cada semestre, ou seja de cada escola atendida a equipe (de ministrantes) aplicará um questionário com o intuito de avaliar o impacto do Projeto de Extensão e se este cumpriu com seus objetivos. Este mesmo questionário, servirá para redefinir ações na segunda escola a ser atendida e assim por diante.

¹O projeto conta atualmente com um bolsista (estudante do Curso de Licenciatura em Química). A bolsa é proveniente do Programa de Bolsas de Exensão – PROBOLSAS – Gerenciado pela Pró-reitoria de Extensão da UFSC.

Processualmente, todos os objetivos elencados nesse projeto se converterão em resultados efetivos para as instituições e para as comunidades atendidas pelas mesmas. Ao final a(s) unidade(s) de ensino terão revisado seus PPPs e Planos de Ação em cada um desses documentos. Poderão contar com um documento de PPP atualizado e organizado em conformidade com as demais escolas da mesma rede. Estes são os resultados esperados. Ainda, como desdobramentos dos resultados esperamos que esta ação seja entendida como um modelo, uma referência para a rede e que se possa repetir nas demais unidades de ensino abarcadas pela 15ª GERED, quiçá pelas demais GEREDs do Estado de Santa Catarina.

No que concerne o âmbito acadêmico, a Universidade Federal de Santa Catarina alicerça suas atividades pautadas no tripé: ‘Ensino, Pesquisa e Extensão’. Dentro dessas orientações as atividades de Pesquisa e Extensão despontam como funções sociais da Universidade. São atividades que devem ser realizadas por meio de um conjunto de ações planejadas e direcionadas ao benefício da comunidade em geral. De forma que, mesmo em se tratando, por exemplo, da proposição de uma ação de extensão, esta deve estar indissociavelmente vinculada ao Ensino e à Pesquisa. No caso particular dessa proposta de Projeto de Extensão entendemos que credencia-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações que possibilitem novos meios e processos de produção do conhecimento, favorecendo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento social dos municípios que serão contemplados, porque apresenta em seu planejamento uma etapa com desenvolvimento de diagnóstico situacional e outra etapa onde ofertas cursos de formação. O que coloca esta proposta nos dois pilares universitários: Pesquisa e Extensão. Este mesmo projeto de Extensão apresenta também seu estreitamento com o pilar universitário ‘Ensino’, porque garante participação de estudantes universitários dos cursos de Licenciatura do Campus Blumenau (Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática)², que terão possibilidades de ampliar seus estudos no ‘Campo Educação’ e poderão vivenciar o cotidiano da escola, conhecendo mais de perto alguns elementos constitutivos do seu futuro campo de atuação – o que incontestavelmente contribuirá para sua formação pedagógica enquanto licenciado.

Algumas considerações

²O projeto prevê a participação de estudantes de Graduação do Curso de Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática da UFSC Campus Blumenau. Estes estudantes atendem ao critério estabelecido pela coordenadora do projeto, de que necessitam ter cursado a Disciplina: “Organização Escolar” para poder inscrever-se nessa ação de Extensão.

Acreditamos piamente que este Projeto de Extensão credencia-se como espaço privilegiado para o desenvolvimento de ações que possibilitem novos meios e processos de produção do conhecimento, favorecendo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento social dos municípios que serão contemplados, porque apresenta em seu planejamento uma etapa com desenvolvimento de diagnóstico situacional e outra etapa onde ofertará cursos de formação. O que coloca esta proposta nos dois pilares universitários: Pesquisa e Extensão. Este mesmo projeto de Extensão apresenta também seu estreitamento com o pilar universitário “Ensino”, porque garante participação de estudantes universitários dos cursos de Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática do Campus Blumenau, que terão possibilidades de ampliar seus estudos no campo educação e poderão vivenciar o cotidiano da escola conhecendo mais de perto alguns elementos constitutivos do seu futuro campo de atuação – o que incontestavelmente contribuirá para sua formação pedagógica enquanto licenciado.

Todos os objetivos elencados nesse projeto se converterão em resultados positivos para as instituições e para as comunidades atendidas pelas mesmas. Uma vez, que a(s) unidade(s) de ensino terão claro seus planos de ação e poderão contar com um documento de PPP atualizado e organizado em conformidade com as demais escolas da mesma rede. Obviamente, percorrer este caminho requer a constituição de espaços participativos para a comunidade escolar e este Projeto de Extensão propõe, antes de mais nada, o objetivo de produzir no coletivo um documento que diga não apenas o que a escola é hoje, mas também aponte para o que pretende ser ou manter – enquanto instituição de ensino.

Referências

FARIA, José Henrique de. **Gestão participativa**. Relações de poder e de trabalho nas organizações. São Paulo: atlas, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7.ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra, 1985.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública**. A pedagogia crítico-social dos conteúdos. 26ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens**. Qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUKÁCS, Gyorgy. **Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas, São Paulo: Alínea, 1989.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Educação como exercício do poder: crítica ao senso comum em educação**. (Coleção questões da nossa época). São Paulo: Cortez, 2008.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 243, de 1º de julho de 2015**. Altera o Decreto no 1.794, de 2013. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.sc.gov.br/ckfinder/userfiles/arquivos/Legislacao%20Correlata/Decretos/2015-Decreto N 243-SED de 01 de julho de 2015.pdf>. Acesso em 15 de março de 2016.

SANTA CATARINA. **Decreto nº 1.794, de 15 de outubro de 2013**. Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades. Disponível em: <http://server03.pge.sc.gov.br/LegislacaoEstadual/2013/001794-005-0-2013-004.htm>. Acesso em 15 de março de 2016.

_____. **Plano Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina: Versão Preliminar 2015 – 2024**. Governo do Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado da Educação – SED, Florianópolis, 2014.

TRAGTENBERG, Maurício. **A escola como organização complexa**. In: sobre educação, política e sindicalismo. São Paulo: Editora Unesp, 2004.